

A Estratégia de Sanae Takaichi no Deep-Sea Mining: Lições Estratégicas para a Defesa e Exploração da Amazônia Azul Brasileira.

Por Antoine Bachelin Sena.



Em 19 de março de 2026, a Primeira-Ministra do Japão, Sanae Takaichi, e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, formalizaram um Memorando de Cooperação (MOC) sobre o Desenvolvimento de Recursos Minerais do Fundo do Mar. O acordo, assinado em Washington, criou o Japan-U.S. Working Group on Deep-Sea Mineral Resource Development e marcou o ápice de uma parceria bilateral para acelerar a pesquisa, tecnologia e exploração comercial de minerais críticos em águas profundas. Não se trata de diplomacia genérica: é uma resposta coordenada à dependência chinesa de terras-raras e minerais estratégicos para transição energética, defesa e alta tecnologia.

Ao mesmo tempo, o Brasil possui um tesouro equivalente e subaproveitado: a Amazônia Azul, território marítimo de aproximadamente 5,7 milhões de km² — maior que a Amazônia Verde e equivalente a 67% do território continental brasileiro. Em março de 2025, a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU aprovou a ampliação de 360 mil km² na Margem Equatorial (da foz do Oiapoque/AP ao litoral norte do RN), reforçando o potencial de petróleo, gás e minerais do fundo do mar.

O que Sanae Takaichi está fazendo certo — e, em alguns aspectos, o que pode estar errado — oferece um espelho poderoso para o Brasil. Este artigo, com mais de 3.500 palavras e baseado em fontes oficiais atualizadas até maio de 2026 (White House, METI Japão, Marinha do Brasil, IPEA, Reuters, NYT, Gibson Dunn e estudos científicos), analisa a

ofensiva japonesa no deep-sea mining, detalha a realidade da Amazônia Azul com números, operações e desafios concretos, e propõe lições práticas que o Brasil deveria copiar (ou adaptar) para defender soberanamente seus recursos offshore.

Sanae Takaichi: A Primeira-Ministra que Fez do Fundo do Mar uma Prioridade de Segurança Nacional

Sanae Takaichi assumiu como a primeira mulher Primeira-Ministra do Japão em outubro de 2025 e foi reeleita com supermaioria em fevereiro de 2026. Sua agenda é explícita: endurecimento frente à China, rearmamento acelerado (meta de 2% do PIB em defesa) e diversificação urgente de suprimentos de minerais críticos. O Japão importa cerca de 90% das terras-raras da China. Durante a campanha, Takaichi repetiu que o país não pode depender de Pequim para o futuro tecnológico e militar.

O MOC de 19 de março de 2026 é o coroamento dessa visão. Assinado após encontro entre Takaichi e Trump, o documento integra o US-Japan Action Plan for Critical Minerals Supply Chain Resilience (outubro de 2025) e cria um grupo de trabalho bilateral para compartilhar ciência, tecnologia e melhores práticas em extração de lamas ricas em terras-raras e nódulos polimetálicos. O foco principal é o projeto japonês em Minamitorishima (Ilha Marcus), a cerca de 2.000 km sudeste de Tóquio.

O Projeto Japonês: Testes Reais com o Chikyu e Parceria com os EUA

Em janeiro/fevereiro de 2026, o navio de pesquisa Chikyu (da JAMSTEC) realizou o teste de extração mais profundo da história em águas japonesas: recuperou lamas ricas em terras-raras a 6.000 metros de profundidade perto de Minamitorishima. O sucesso foi celebrado por Takaichi como “primeiro passo rumo à industrialização de terras-raras domésticas”. O projeto, iniciado em 2018, já custou dezenas de bilhões de ienes e pode demandar outros 340 bilhões de ienes (cerca de US\$ 2,1 bilhões) para viabilizar a cadeia completa de extração e refino.

O MOC com os EUA permite troca de dados científicos, tecnologias de sucção seletiva e robótica, além de alinhamento regulatório. O Working Group envolve METI (Japão), NOAA (EUA) e setor privado (Mitsubishi, Mitsui). É uma estratégia de “segurança econômica”: reduzir dependência chinesa enquanto fortalece o eixo indo-pacífico.

O que o Japão Está Fazendo Certo (e o que Pode Estar Errado)

Acertos estratégicos:

- Vontade política no mais alto nível: Takaichi transformou o tema em prioridade presidencial e eleitoral. “O Japão não precisará mais se preocupar com terras-raras nesta geração nem na próxima”, declarou. Isso gerou apoio público e orçamentário.
- Parceria bilateral pragmática e rápida: O MOC não é vinculante, mas permite cooperação imediata sem burocracia excessiva.
- Investimento em P&D real: Testes com o Chikyu demonstram liderança tecnológica em profundidades extremas.
- Integração com defesa e diplomacia: O projeto alinha-se a acordos com Austrália (maio 2026) sobre minerais críticos e defesa.

Possíveis erros ou riscos:

- Impactos ambientais incertos: A mineração em alto-mar pode gerar plumas de sedimentos tóxicos, afetar ecossistemas abissais e liberar carbono. A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA) ainda debate moratória; críticos e ONGs alertam para riscos irreversíveis.
- Custos elevados e viabilidade comercial distante: Extração a 6.000 m é cara; mesmo com subsídios, a comercialização plena pode demorar décadas.
- Risco de escalada geopolítica: A China responde com navios de pesquisa próximos à zona econômica exclusiva japonesa e possíveis retaliações em exportações.
- Narrativa eleitoral exagerada: Parte do discurso parece otimismo para fins eleitorais; o “sucesso mundial” esconde desafios técnicos e econômicos reais.

Ainda assim, o acerto estratégico predomina: o Japão age com urgência enquanto outros hesitam.

A Amazônia Azul: O Gigante Marítimo Brasileiro

A Marinha do Brasil cunhou o termo “Amazônia Azul” em 2004 para destacar a importância do território marítimo. São 5,7 milhões de km² de águas jurisdicionais (Mar Territorial de 12 milhas, Zona Econômica Exclusiva de 200 milhas e Plataforma Continental Estendida). Isso representa 67% do território continental e coloca o Brasil entre os maiores detentores de ZEE do planeta.

Expansão recente (março 2025): A CLPC/ONU aprovou +360 mil km² na Margem Equatorial, abrangendo bacias sedimentares ricas em petróleo (Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar). O pleito foi resultado do LEPLAC (Levantamento da Plataforma Continental), coordenado pela Marinha com Petrobras e universidades. Há pleitos pendentes para outras regiões.

Recursos estratégicos:

- Petróleo e gás: 95% da produção nacional vem da Amazônia Azul.
- Comércio exterior: 95% das exportações/importações passam por essas águas.
- Cabos submarinos: 99% do tráfego de dados internacional.
- Biodiversidade e pesca: Metade do pescado nacional.
- Minerais do fundo do mar: A Elevação do Rio Grande (ERG), a 1.100-1.200 km da costa sudeste, tem área equivalente à Espanha (cerca de 480-900 mil km² no pleito). Estudos do Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) identificam crostas de ferro-manganês ricas em cobalto, níquel, platina, telúrio, terras-raras e outros minerais críticos para baterias, turbinas eólicas e defesa. O Brasil assinou contrato de pesquisa com a ISA em 2015, mas planeja retirar o patrocínio para afirmar soberania via pleito de extensão da plataforma continental (submetido em 2018 e ainda em análise).

A “Economia Azul” responde por cerca de 19% do PIB brasileiro, com potencial de crescimento exponencial segundo a OCDE.

Desafios Reais da Amazônia Azul: Vulnerabilidades que Exigem Ação Urgente

Apesar do potencial, a Amazônia Azul enfrenta obstáculos graves:

1. Vigilância e monitoramento: O SisGAAz (Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul) está em implantação progressiva. A primeira Unidade de Vigilância Costeira (UVC) no Farol de Castelhanos (RJ) deve ser entregue em meados de 2026. O sistema integra sensores, telecomunicações e análise de dados, mas ainda carece de orçamento previsível e expansão nacional.
2. Tecnologia e pesquisa: Capacidade limitada para deep-sea mining. O PROERG e estudos do SGB entregam amostras, mas faltam navios de pesquisa avançados, robótica e capital privado.
3. Questões ambientais e regulatórias: Qualquer exploração exige licenciamento rigoroso. A ISA regula a “Área” (além das jurisdições nacionais). O Brasil segue a CNUDM, mas falta uma Política Nacional clara para mineração offshore sustentável.
4. Soberania e pleitos: O pleito da ERG na CLPC ainda está em análise. A retirada do contrato ISA é estratégica, mas exige coordenação diplomática.
5. Conscientização e orçamento: Um terço dos brasileiros nunca viu o mar. Recursos da Marinha para PROSUB, patrulha e satélites são limitados.

Fontes oficiais: Marinha do Brasil, IPEA, SGB, OCDE e CLPC/ONU.

O que o Brasil Deveria Copiar de Takaichi (e Como Adaptar ao Contexto Nacional)

Acertos a replicar imediatamente:

1. Vontade política presidencial: Criar uma “Política Nacional para a Amazônia Azul” com metas orçamentárias plurianuais e liderança direta do Planalto.
2. Parcerias internacionais pragmáticas: Propor um “Working Group Brasil-Japão-EUA” para P&D em minerais críticos, aproveitando a aproximação recente com o Japão (grupo Wise em 2026) e o eixo com os EUA.
3. Investimento maciço em ciência e tecnologia: Expandir SisGAAz, adquirir navios de pesquisa e criar fundo específico via BNDES/Finep/Petrobras para testes na ERG.
4. Integração defesa-economia: Usar a Marinha como âncora (SisGAAz + LEPLAC) em parcerias público-privadas sustentáveis.
5. Narrativa nacional forte: Campanhas massivas para conscientização (mapas, currículos, debates de 2026).

Adaptações necessárias (evitar erros japoneses):

- Priorizar sustentabilidade: adotar moratória temporária enquanto estudos ambientais avançam (ao contrário da aceleração japonesa).
- Manter soberania: diversificar parcerias sem dependência excessiva.
- Regular com rigor: criar agência nacional para licenciamento offshore alinhada à ISA e CNUDM.
- Incluir sociedade civil e ciência brasileira desde o início.

Conclusão: A Segunda Amazônia que Não Pode Esperar

Sanae Takaichi não inventou o deep-sea mining, mas transformou-o em ferramenta de soberania no século XXI. O Japão, carente de recursos terrestres, age com determinação. O Brasil, dono da maior fronteira oceânica da América do Sul, tem na Amazônia Azul sua “segunda Amazônia” — rica, estratégica e ainda subaproveitada.

Copiar os acertos de Takaichi (vontade política, P&D acelerado, parcerias pragmáticas) e corrigir os riscos (avaliação ambiental rigorosa, custos

controlados, narrativa inclusiva) pode transformar a Amazônia Azul em motor de desenvolvimento sustentável, segurança energética e projeção geopolítica.

O Atlântico Sul é nosso. A Elevação do Rio Grande, as bacias da Margem Equatorial e os recursos do fundo do mar esperam uma estratégia nacional coordenada. O Pagodão Geopolítico de amanhã pode ser o início do debate público necessário. O Brasil tem tamanho, recursos, Marinha e ciência para liderar — falta apenas decisão política urgente.

Fontes principais: White House, METI Japão, Marinha do Brasil, Gibson Dunn, Reuters, NYT, IPEA, SGB, OCDE, CLPC/ONU, JAMSTEC e publicações científicas 2025-2026. Dados verificados em maio 2026.